



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 393/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 1604/2010 (03 Vols).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.
- 4- **Exercício:** 2009.
- 5- **Responsável:** Sra. Maria Lenize Tapajós Maués, Secretária e Ordenadora de Despesas, à época.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD-MA – Informação nº 98/2015 (fls. 409/410).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 240/2016-MPC-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 419/419v).
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Exercício de 2009.

Contas Regulares com Ressalvas. Quitação. Determinação ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regular com Ressalvas a Prestação de Contas Anuais do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, exercício 2009, sob a responsabilidade do senhora **Maria Lenize Tapajós Maués**, Secretária e Ordenadora de Despesa, nos termos do inciso II do art. 1º e do inciso II do art. 22, dando-se **quitação** aos Responsáveis, condicionados ao atendimento do art. 24 e do inciso II do art. 72, todos da Lei nº 2.423/96, considerando que as contas evidenciam impropriedades de que não resultaram dano ao Erário.

9.2- Determinar ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que:

9.2.1- Observe a necessidade de envio das Prestações de Contas dos Convênios firmados nos termos da alínea “c” do art. 9º da Resolução nº 03/1998.

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 04 de Maio de 2016.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 393/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral